

PETIÇÃO 13.553 DISTRITO FEDERAL

| | |
|-------------|-------------------------------------|
| RELATOR | : MIN. ALEXANDRE DE MORAES |
| REQTE.(S) | : LUIZ LINDBERGH FARIAS FILHO |
| REQTE.(S) | : PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT |
| ADV.(A/S) | : ANGELO LONGO FERRARO E OUTRO(A/S) |
| REQDO.(A/S) | : EDUARDO NANTES BOLSONARO |
| ADV.(A/S) | : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS |

DECISÃO

Tratam-se de notícias-crime encaminhadas aos autos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelos Deputados Federais LINDBERGH FARIAS e ROGÉRIO CORREIA em face do Deputado Federal EDUARDO BOLSONARO, aos argumentos, em síntese, que o noticiado (a) “*não obstante a normalidade e regularidade das investigações que apuram as tentativas de deposição do Estado Democrático de Direito, EDUARDO BOLSONARO, em total dissintonia com a realidade, atentando contra os interesses nacionais, patrocina, em Estado estrangeiro, retaliações contra o País e também contra um dos integrantes do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL*”; (b) EDUARDO BOLSONARO, desde a posse do Presidente norte americano Donald J. Trump, em 20/1/2025, já esteve nos Estados Unidos da América em três ocasiões, com o objetivo de articular com deputados daquele país, a propositura de um projeto de lei para atacar e constranger o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL; e (c) “*o Noticiado também promove, conforme publicação da imprensa, sanções ao Brasil juntamente com parlamentares dos Estados Unidos. Segundo a matéria, o deputado brasileiro tem mantido uma relação constante com o colega trumpista (Richard McCormick, do Partido Republicano da Geórgia), para articular ataques ao Brasil*”.

As notícias-crime apontam a possível prática, pelo Deputado Federal EDUARDO BOLSONARO, dos crimes de obstrução de investigação de organização criminosa (art. 2º, § 1º, da Lei 12.850/13), coação no curso do processo (art. 344 do Código Penal) e atentado à soberania (art. 359-I do Código Penal).

Os noticiantes requereram a imposição das medidas cautelares de proibição de se ausentar do país e entrega de passaporte, em face de

EDUARDO BOLSONARO (art. 320 do Código de Processo Penal), bem como requereram “o conhecimento da presente Notícia de Crime, sendo encartados os seus elementos no presente Inquérito 4879/DF, com a imediata avaliação sobre a adoção das medidas cautelares acima mencionadas”, “essenciais a interrupção da prática delitiva e à instrução criminal, com o posterior encaminhamento do feito à Procuradoria-Geral da República” (eDoc. 1, fls. 5-12 e fls. 19-35).

Em 28/2/2025, determinei a autuação das notícias-crime e a remessa à Procuradoria-Geral da República para manifestação (eDoc. 1, fls. 2-3).

Com vista dos autos, a Procuradoria-Geral da República se manifestou pelo “indeferimento dos pleitos e pelo arquivamento da petição em referência” (eDoc. 10).

É o relatório. DECIDO.

O princípio do monopólio constitucional da titularidade da ação penal pública no sistema jurídico brasileiro somente permite a deflagração do processo criminal por denúncia do Ministério Público (Pet. 4281/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJE de 17-8-2009), tendo esta CORTE decidido pela incompatibilidade do novo modelo acusatório consagrado pelo artigo 129, inciso I, do texto constitucional com todos os procedimentos que afastavam a titularidade privativa da ação penal pública do *Parquet*, previstos antes da promulgação da Constituição brasileira de 5 de outubro de 1988 (RTJ, 149/825, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE; HC 67.931/RS, Rel. Min. MOREIRA ALVES, Diário da Justiça, Seção I, 31 ago. 1990).

Ressalte-se, ainda, que em nosso sistema acusatório consagrado constitucionalmente, a titularidade privativa da ação penal ao Ministério Público (CF, art. 129, I), a quem compete decidir pelo oferecimento de denúncia ou solicitação de arquivamento do inquérito ou peças de informação, não afasta o dever do Poder Judiciário de exercer sua “atividade de supervisão judicial” (STF, Pet. 3.825/MT, Rel. Min. GILMAR MENDES), evitando ou fazendo cessar toda e qualquer ilegal coação por parte do Estado-acusador (HC 160.124, Rel. Min. CELSO DE MELLO,

Segunda Turma, d. 22/11/2011).

Na presente hipótese, a Procuradoria-Geral da República, ao se manifestar pela negativa de seguimento desta petição, assim destacou (eDoc. 10):

“Os relatos dos noticiantes não contêm elementos informativos mínimos, que indiquem suficientemente a realidade de ilícito penal, justificadora da deflagração da pretendida investigação.

As apontadas relações mantidas entre o parlamentar requerido e autoridades estrangeiras são insuficientes para configurar a prática das condutas penais previstas nos arts. 2º, §1º, da Lei n. 12.850/2013 (obstrução de investigação de organização criminosa), 344 do CP (coação no curso do processo) e 359-I do CP (atentado à soberania), uma vez que se inserem no âmbito do exercício da atividade parlamentar e estão desacompanhadas de ações concretas que possam indicar a intenção delituosa do noticiado. Conclusão similar deve ser feita em relação às noticiadas sanções impostas ao Brasil, matérias estranhas à competência do Poder Judiciário e reservadas ao governo brasileiro e ao campo diplomático.

As condutas narradas, portanto, não encontram tipificação legal, especialmente no tipo previsto no art. 359-I do Código Penal, que pressupõe, para a sua consumação, a negociação com governo ou grupo estrangeiro, ou seus agentes, com o fim de provocar atos típicos de guerra contra o País ou invadi-lo, circunstâncias ausentes no caso dos autos.

Inexistindo elementos concretos sobre a existência de negociação objetivando a concretização da finalidade ilícita prevista no tipo legal, há que se prestigiar a observância do princípio da legalidade em seu sentido estrito, o qual, enquanto norteador da norma penal incriminadora, expressa a impossibilidade de tipificar condutas como crimes sem o respaldo em lei definidora prévia, determinando que os tipos penais somente podem ser criados por lei em sentido estrito, circunstância que autoriza o reconhecimento da atipicidade das

condutas noticiadas nos autos.

Nesse contexto, ausentes evidências de ilegalidades atribuíveis ao parlamentar representado, não há justa causa para autorizar a abertura de investigação. Não se nota matéria delitiva nos atos narrados pelos noticiantes.

A manifestação é pelo indeferimento dos pleitos e pelo arquivamento da petição em referência”.

Assim, tendo o Ministério Público requerido o arquivamento no prazo legal, não cabe ação penal privada subsidiária, ou a título originário (CPP, art. 29; CF, art. 5º, LIX), sendo essa manifestação irretratável, salvo no surgimento de novas provas (HC 84.253/RO, Segunda Turma, Rel. Min. CELSO DE MELLO; Inquérito 2028/BA, Pleno, Rel. Min. ELLEN GRACIE Redator p/ acórdão Min. JOAQUIM BARBOSA, 28.4.2004, HC 68.540-DF, Primeira Turma, Rel. Min. OCTÁVIO GALLOTTI, DJU, 28 jun. 1991).

Diante do exposto, acolho a manifestação da Procuradoria-Geral da República e INDEFIRO OS PEDIDOS DE IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES e DEFIRO O ARQUIVAMENTO DESTA INVESTIGAÇÃO, nos termos do art. 3º, I, da Lei 8.038/1990, c/c os arts. 21, XV, e 231, § 4º, do RISTF, ressalvada a hipótese do art. 18 do Código de Processo Penal.

Ciência à Procuradoria-Geral da República.

Publique-se.

Brasília, 18 de março de 2025.

Ministro ALEXANDRE DE MORAES

Relator

Documento assinado digitalmente